



O PIBID DE LETRAS-ESPANHOL DA UFRRJ: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ANTICAPACITISTA NO SÉCULO XXI

Maria Victória Milesi e Silva¹
Emilly Medeiros Aguiar²
Milene Peixoto Cabral³
Rayane da Silva Alves⁴
Debora Ribeiro Lopes Zoletti⁵

RESUMO

Embora no Brasil existam diversas leis que visam assegurar a promoção da inclusão social e da cidadania das pessoas com deficiência, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), ainda vivenciamos uma realidade estigmatizada por preconceitos enraizados em relação às PcDs. Apesar disso, percebe-se que uma mudança de paradigma está em processo em nossa sociedade e, nesse viés, estudos e práticas sob a perspectiva da educação inclusiva se destacam como peça fundamental para a real inclusão (Böck, Gesser, Nuernberg, 2020). Logo, com o objetivo de que as escolas sejam, de fato, espaços de aprendizagem inclusivos, faz-se urgente a discussão e implementação de projetos voltados para uma educação direcionada à cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconheça e valorize a diversidade (Mantoan, 2005). Desse modo, a equipe Gaia, associada ao subprojeto do PIBID Letras-Espanhol/UFRRJ intitulado "Espanhol como ponte para uma sala de aula heterogênea e o letramento digital: rompendo fronteiras entre o mundo hispânico e a Baixada Fluminense", desenvolveu o dispositivo de prática denominado "Não serei mais capacitista" e o aplicou na turma de 1º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Comendador Soares, localizado no município de Nova Iguaçu/RJ, a fim de (i) promover um diálogo com a turma, para o apoio à construção de um pensamento crítico que não reproduza preconceito ou discriminação com PcD's; (ii) ensinar, na prática, aos estudantes a diferença entre igualdade e equidade; (iii) proporcionar a reflexão acerca da relevância do ambiente escolar inclusivo, acessível e acolhedor. Os resultados obtidos foram significativos porque a prática possibilitou a desconstrução de concepções equivocadas relacionadas à deficiência, além disso, os estudantes refletiram acerca das suas atitudes e do papel da escola no combate ao capacitismo e no incentivo à inclusão.

Palavras-chave: PIBID, Capacitismo, Inclusão, Práticas Pedagógicas.

1 Pibidiana do Subprojeto de Letras-Espanhol da UFRRJ, mavi.milesi@gmail.com;

2 Pibidiana do Subprojeto de Letras-Espanhol da UFRRJ, emillymaguiar@gmail.com;

3 Pibidiana do Subprojeto de Letras-Espanhol da UFRRJ, milenepeixoto252@gmail.com;

4 Pibidiana do Subprojeto de Letras-Espanhol da UFRRJ, rsa.ufrj@gmail.com;

5 Coordenadora de Área do PIBID Letras-Espanhol da UFRRJ, drlzoletti@gmail.com.





INTRODUÇÃO

Por muito tempo, pessoas com deficiência eram chamadas de “deficientes”, como se fossem definidas apenas por sua deficiência, e as pessoas sem deficiência chamadas de “normais”. Isto é, se consolidava, então, uma ideia de que a pessoa portadora de alguma deficiência era “anormal”. Posteriormente, com o avanço da cultura e da linguagem inclusiva, passou-se a utilizar o termo “pessoa com deficiência” (PcD), o qual enfatiza e dá prioridade à pessoa, não mais à sua deficiência, e evita termos preconceituosos e excludentes como “normal”.

Existem diversas expressões no mundo todo para se referir e dar nome a esse tipo de preconceito. No Brasil, nos referimos a ele como *capacitismo*, que é a discriminação praticada por meio de determinados comportamentos, práticas, ou maneiras de comunicação e socialização, e até mesmo barreiras físicas e arquitetônicas que impedem o pleno exercício da cidadania das pessoas com deficiência (Brasil, 2024).

Assim, o capacitismo é determinado, principalmente, quando é reiteradamente negada às pessoas com deficiência a capacidade de ser e fazer, em diversas esferas de sua vida social (Mello, 2014). A ausência ou má execução de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, saúde, trabalho, transporte e lazer acessível, são exemplos de como o capacitismo estrutura a vida em sociedade e naturaliza a exclusão das pessoas com deficiência do convívio básico comum. Embora, a discussão acerca dos direitos das pessoas com deficiência seja antiga em nossa sociedade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), documento que estabelece a proteção universal dos direitos humanos básicos, adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, é precisa no tópico: “Todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todas as pessoas têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.”

Nesse viés, destaca-se no combate à exclusão social, na legislação brasileira, a Lei nº 8.213/91 que se refere às oportunidades profissionais da pessoa com deficiência. Essa lei é muito relevante para a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, especialmente por causa do seu artigo 93, que estabelece a Lei de Cotas nas empresas e





determina: “A empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas.” (Brasil, 1991) Dessa forma, percebe-se a importância dessa legislação no que concerne à mudança cultural da naturalização à exclusão das pessoas com deficiência, pois obriga as empresas a repensarem práticas capacitistas e proporcionarem condições de acessibilidade e equidade no trabalho.

Isto posto, para a construção de uma sociedade anticapacitista, é necessário que busquemos questionar e romper as ideias baseadas em padrões do que é considerado “normal”, e passemos a respeitar as variadas formas de ser e fazer, sem que estejamos restritos àquelas que são impostas como “normais”, ou até mesmo como padrão a ser seguido. Interrompendo, assim, um estigma e preconceito que ainda estão presentes em nossa sociedade.

Uma vez que a perspectiva da educação inclusiva se apresenta como uma peça fundamental para a mudança deste paradigma (Böck, Gesser, Nuernberg, 2020), o presente trabalho apresenta os resultados de um dispositivo de prática pedagógica inclusiva e anticapacitista denominada “Não serei mais capacitista”, desenvolvida com uma turma do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Comendador Soares, localizado no município de Nova Iguaçu/RJ, como atividade vinculada ao subprojeto PIBID/UFRRJ - Letras-Espanhol realizado intitulado "Espanhol como ponte para uma sala de aula heterogênea e o letramento digital: rompendo fronteiras entre o mundo hispânico e a Baixada Fluminense", coordenado pelas docentes Debora Zoletti e Maristela Pinto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Hoje, já está evidente que os educadores desempenham um papel fundamental na inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar. Por isso, é essencial que estejamos em constante aprendizado, pois incluir pode representar um grande desafio na profissão, uma vez que exige pesquisa, mudanças de atitude e revisões cuidadosas das práticas pedagógicas. Contudo, o processo é iniciado, principalmente, pelo propósito, pela escuta e pelos olhares ativos a todos os alunos, já que segundo Mantoan (2005) inclusão “é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”.





No Brasil existem diversas leis que asseguram os direitos da pessoa com deficiência e as intenções do professor devem estar alinhadas à cada uma delas. Aprovada em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei 13.146/2015 - aparece como uma das principais legislações brasileiras, pois “destina-se a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e a cidadania (Brasil, 2015). Dessa maneira, a LBI afirma e reafirma o compromisso com a dignidade humana, garantindo a participação ativa de PcD's perante a sociedade, o repúdio a qualquer forma de discriminação, promovendo segurança, acessibilidade, inclusão e autonomia em todos os eixos que compõem a vida cotidiana, sendo eles: saúde, cultura, transporte, lazer, trabalho, comunicação e educação.

O capítulo IV da LBI (2015) evidencia que a educação inclusiva é um direito em todos os níveis de ensino. Isso significa que escolas e universidades públicas e privadas precisam estar preparadas para disponibilizarem um ensino de qualidade, incluindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE); profissionais com especialização em acessibilidade e cuidados com higiene, alimentação e locomoção; intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais), guias, entre outros. Além desses recursos, vale ressaltar que recusar a matrícula de estudantes com deficiência, cobrar um valor adicional às mensalidades, negar atendimento especializado ou descumprir com qualquer determinação prevista na LBI representa crime. Consequentemente, o Ministério Público (MP) pode ser acionado, assim como a Secretaria de Educação do município em que aconteceu a ocorrência (Brasil, 2015). Com a legislação citada acima, é possível compreender que os educadores, junto às instituições de ensino, podem criar ambientes escolares plurais e anticapacitistas.

Diante disso, no dia a dia dos professores, salienta-se que a ausência de reflexões como "O que eu posso fazer para que esse aluno se sinta incluído, feliz e pertencente na turma?" pode transformar a sala de aula em um lugar de traumas e inseguranças. Um simples gesto de mudança pode ser uma grande evolução para alguém no processo de aprendizagem, como por exemplo, mudar as carteiras de lugar para facilitar a locomoção, aceitar a entrega de avaliações adaptadas, utilizar legendas em vídeos, oferecer mais tempo para quem precisa, estar atento a frases preconceituosas que estão presentes no vocabulário cotidiano e, o





essencial, que é dialogar com o estudante, buscando compreender a melhor estratégia a ser adotada visando a qualidade do processo de aprendizagem.

Para ir além, é necessário reconhecer que a educação inclusiva não se restringe ao espaço da sala de aula. Ela deve ser concebida e promovida também nos corredores, bibliotecas, refeitórios, quadras e demais ambientes escolares. Nesse sentido, torna-se imprescindível que projetos voltados à inclusão sejam planejados desde a elaboração do planejamento pedagógico.

METODOLOGIA

A fim proporcionar uma sala de aula voltada a uma formação livre de preconceitos e que reconhecesse e valorizasse a diversidade, a Equipe Gaia se dedicou ao desenvolvimento e a aplicação de uma dinâmica de inclusão com os alunos da turma 1004, do Colégio Estadual Comendador Soares, para a prática do mês de junho/2025.

A princípio, realizou-se um aprofundamento teórico por meio da leitura do livro *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* (Mantoan, 2003), do artigo “O desenho universal para aprendizagem como um princípio do cuidado” (Böck, Gesser, Nuernberg, 2020) e da dissertação “Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência” (Mello, 2014). Além destes, também foi realizada a leitura da lei nº 13.146/2015 –Estatuto da Pessoa com Deficiência; e da lei nº 8.213/1991 –Lei de cotas; indicadas por nossas Coordenadoras de Área, vinculadas ao PIBID através do subprojeto “Espanhol como ponte para uma sala de aula heterogênea e o letramento digital: rompendo fronteiras entre o mundo hispânico e a Baixada Fluminense”.

A experiência prática foi executada por completo na quadra da escola, um espaço muito valorizado pelos alunos e que possibilita dinâmicas mais interativas e livres. A proposta foi pensada com o objetivo de promover reflexões acerca do capacitismo e de vivenciar um ambiente escolar mais acessível e acolhedor, especialmente no contexto recreativo.

Inicialmente, no dia 24 de junho/2025, realizamos uma atividade de escuta ativa, na qual três folhas foram enfileiradas com as seguintes frases: “Já falei”, “Já escutei alguém falando” e “Nunca ouvi essa expressão”. Assim, à medida que frases capacitistas utilizadas no dia a dia eram lidas, como “Achei que você era normal”; “Você é retardado?”; “Você está





cego/surdo?"; "Você é meio autista"; "Fingindo demência", os alunos se posicionavam atrás da folha que melhor os representava em suas vivências.

Posteriormente, propusemos dois jogos adaptados. No primeiro, fizemos uma partida de futebol com alguns alunos vendados e outros não, evidenciando como a falta de equidade e empatia impactam diretamente na justiça da partida, pois os que estavam vendados logo perceberam a dificuldade em participar com as mesmas chances que os outros. Depois, organizamos uma nova rodada em que todos os alunos foram vendados, mostrando que o ambiente pode ser adaptado para todos, tornando a experiência mais justa e inclusiva, além disso, trabalharam a escuta, o poder da coletividade e o cuidado com o próximo.

Finalizamos com um jogo de queimado adaptado, no qual todos os participantes jogaram sentados no chão para permitir que a turma vivenciasse, de alguma forma, a experiência de pessoas com deficiência física e reconhecesse a importância de conversar sobre inseguranças, limitações e a criação de ambientes acessíveis para todos.

Como continuação, no dia 29 de julho/2025, colocamos em prática a segunda etapa dessa experiência e agora, dentro de sala de aula. Com o intuito de promover reflexões acerca de acessibilidade, inclusão, capacitismo e, ademais, ampliar o vocabulário da língua espanhola por meio de experiências reais, selecionamos quatro relatos de estudantes e três relatos de mães de alunos de escolas da Espanha, que abordam as dificuldades vivenciadas pelos PCD's no contexto escolar.

A princípio, realizamos uma conversa para relembrar as dinâmicas feitas na quadra, relacionando as definições aprendidas aos assuntos que seriam abordados nos relatos. Em seguida, cada relato foi lido em voz alta, traduzido e interpretado coletivamente, por mais, aproveitamos para refletir e destacar como os alunos se sentiram ao ouvi-los, com o objetivo de trabalharem a equidade e a empatia.

Após as leituras, para finalizar, os estudantes foram organizados em duplas para escolherem um ou alguns relatos e produzirem uma carta empática, respeitosa e inclusiva como resposta a eles, na qual puderam expressar sentimentos e possíveis sugestões de melhorias para cada situação retratada. Além disso, como a proposta era que escrevessem em espanhol, eles tiveram a oportunidade de ampliar seu vocabulário e desenvolverem habilidades linguísticas.



RESULTADOS E DISCUSSÃO



No dia 24 de junho/2025, durante o início da aula, os estudantes ouviram todas as afirmações capacitistas com bastante atenção e demonstraram sinceridade ao se posicionarem

de acordo com o que já escutaram, falaram e nunca ouviram. Logo, esse exercício nos revelou o quanto expressões desse cunho ainda circulam com bastante frequência.

Imagem 1: Leitura das frases



Fonte: as autoras

Em seguida, com a partida dos jogos adaptados, a turma refletiu sobre a experiência e compartilhou percepções relevantes. Os educandos relataram que, no primeiro jogo, os colegas sem venda tinham mais facilidade em jogar a partida, enquanto os que estavam vendados enfrentavam maiores dificuldades. Já no segundo momento, durante a partida de futebol, em que todos estavam vendados, e queimado, quando todos estavam sentados, a turma percebeu e ressaltou que o desafio se tornou igual para todos. A partir dessa experiência, eles compreenderam que equidade significa oferecer condições justas para que todos possam participar de forma equilibrada, considerando as necessidades e limitações de cada um (Mantoan, 2003).

Imagem 2: Queimado adaptado





Fonte: as autoras

Sendo assim, como resultado da primeira experiência da atividade proporcionada, cujo propósito foi combater o capacitismo e valorizar a diversidade, observamos que os estudantes foram capazes de discutir e refletir, de maneira consciente e crítica, acerca das práticas capacitistas expostas e reconhecer, de forma sensível, que cada pessoa apresenta necessidades e potencialidades diferentes, logo, cada uma necessita de condições justas para poder aprender e se desenvolver.

Dessa forma, no dia 29 de julho/2025, a turma do 1º ano demonstrou-se interessada pela leitura e escuta dos relatos selecionados de estudantes PCD's, e ativa para a produção das cartas-respostas, nas quais foi possível que expressassem seus sentimentos e ideias sobre a temática de forma empática, ética e acolhedora.

Imagem 3: estudantes escrevendo as cartas



Fonte: as autoras





Portanto, mais do que conversar sobre inclusão e capacitismo, todas as etapas dessa experiência foram essenciais para provocar constantes reflexões e para os alunos perceberem que pequenas mudanças podem fazer grandes diferenças (Böck, Gesser, Nuernberg, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, a realização das atividades adaptadas em conjunto com as reflexões proporcionadas em sala de aula, evidenciou o quanto dispositivos de práticas pautados nas vivências podem contribuir para o rompimento de concepções capacitistas ainda presentes no cotidiano escolar. Isso porque, ao experimentarem distintas formas de limitação, os alunos conseguiram refletir, de maneira empática e crítica, acerca das dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência em circunstâncias comuns do dia a dia.

Ainda, destaca-se a relevância do compromisso docente e das instituições escolares em desconstruir barreiras pedagógicas e atitudinais, em promover uma educação que realmente acolha, reconheça cada sujeito em sua singularidade, e assegure o acesso e prosseguimento dos estudos a todos alunos, levando em consideração suas características particulares de aprendizagem. Além de que, o contato direto com as dificuldades envolvidas proporcionou a valorização da equidade, ressaltando que as condições não serão as mesmas para todos, porém, a oferta de recursos e adaptações é necessária para que todos possam participar.

Por fim, pelo decorrer da prática realizada, percebemos que a promoção da valorização da diversidade amplia as possibilidades para que o ambiente escolar se torne mais inclusivo, acolhedor e colaborativo, favorece a formação de estudantes mais conscientes, críticos e empáticos, e permite a construção de um espaço de pertencimento e respeito. Além disso, compreendemos que se trata de uma ação contínua, que requer reflexões, intencionalidade e sensibilidade, no entanto, que se materializa em resultados concretos para a construção de uma sociedade verdadeiramente humana e inclusiva.

Desse modo, o PIBID possibilita uma aproximação entre teoria e prática e se consolida não apenas como uma política pública essencial para a formação dos licenciandos, mas também como um importante reforço ao compromisso social no âmbito escolar, ao incentivar estudos, pesquisas, análises críticas da sociedade e práticas fundamentadas nas vivências da realidade.





REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em 10 de jul. de 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Capacitismo: o que é, como combater e por que é tão importante falar sobre o tema. Portal Gov.br – Ministério dos Direitos

Humanos e da Cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/capacitismo-o-que-e-como-combater-e-por-que-e-tao-importante-falar-sobre-o-tema>. Acesso em: 10 de jul. de 2025.

BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. O desenho universal para aprendizagem como um princípio do cuidado. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 361–380, 2020. DOI: 10.5965/1984317815022019361. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/15886>. Acesso em: 25 set. 2025.

CAVALCANTE, M. Fala Mestre: Maria Teresa Eglér Mantoan. *Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças com as diferenças*. Nova Escola, São Paulo, ano 20, n 182, p. 24-26, mai. 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MELLO, Anahí Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Florianópolis. 2014. Disponível em: <https://nedef.paginas.ufsc.br/files/2017/10/Disserta%C3%A7%C3%A3o-mestrado-A5-Anahi-G-Mello.pdf>. Acesso em 10 de jul. de 2025.





MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasília, DF: ONU Brasil. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU_DireitosHumanos_DUDH_UNICRio_20250310.pdf. Acesso em 10 de jul. de 2025.

